

Educação ambiental crítica no contexto da educação de pessoas jovens e adultas: entre o descompasso e o desafio de transformação socioambiental

Critical environmental education in the context of education for youth and adults: between the out-of-sync and the challenge of environmental transformation

Caroline Lins Ribeiro e Amadeu José Montagnini Logarezzi. Universidade Federal de São Carlos-UFSCAR (Brasil).

Resumo

Esse artigo é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento que pretende conhecer e investigar, por uma lado, práticas que articulem a educação ambiental crítica e a educação de pessoas jovens e adultas em contextos de movimentos sociais, e por outro, analisar e discutir como essas práticas estabelecidas a partir de princípios solidários e de respeito a natureza, podem contribuir para a transformação socioambiental e para a superação da desigualdade educativa. A partir do estudo bibliográfico e da investigação realizada com dois grupos: a Cooperfloresta, localizada na região do Vale do Ribeira-SP, e a Escola Agroecológica Egidio Brunetto, localizada no sul da Bahia, temos em vista identificar elementos transformadores na direção do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica, visando à prática agroecológica para o enfrentamento da exclusão social por meio de alternativas de produção e renda, soberania alimentar, bem como a formação educativa das famílias agricultoras. Para isso, elegemos a metodologia comunicativo-crítica que encontra seus pilares no diálogo intersubjetivo e na ação comunicativa, garantindo a participação efetiva de todas as pessoas envolvidas.

Abstract

This article is part of a PHD research in progress that aims to understand and investigate from one side practices that articulate critical environmental education and the education for youth and adults within a context of social movements as well as analyse and discuss how this established practices coming from solidary principles and of respect to nature can contribute for environmental transformation and for overcoming educational inequity. Having as a starting point a bibliographical study and research conducted with two groups: Cooperfloresta, located in the Ribeira Valley region - SP, and the School Agroecológica Egidio Brunetto, located in southern Bahia, we aim to identify transforming elements in the direction of strengthening family farms and the development of a critical environmental awareness, aimed at agroecological practice to combat the social exclusion through alternative ways of production and income, food sovereignty as well as the educational training of farming families. For this, we chose the communicative - critical methodology

that finds its pillars in the intersubjective dialogue and in communicative action, ensuring the effective participation of all concerned.

Palavras-chave

Educação de pessoas jovens e adultas. Educação ambiental crítica. Metodologia comunicativo-crítica, movimentos sociais. Transformação socioambiental

Key-words

Youth and adult education. Critical environmental education. Communicative-Critical methodology, social movements, social- environmental transformation

Introdução

A motivação para estudar o presente tema decorre da experiência profissional na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP-Unicamp) e de questões emergidas da dissertação de mestrado realizada em 2009, a partir das vivências de duas professoras participantes do Coletivo Educador Ambiental de Campinas (Coeduca)¹.

Como resultado, a pesquisa destacou os obstáculos para a transformação da escola e seu entorno, bem como a necessidade e as possibilidades de sua transformação, entendendo-a como um espaço comunitário, que pode vir a ser adequado à realidade dos que a frequentam, com práticas contextualizadas e reflexivas sobre os problemas socioambientais da atualidade, tendo em vista transformá-los (RIBEIRO,

2009). As interações e análises revelaram a importância da autonomia e da humanização na escola, bem como de tratar da questão ambiental sem desprezar as inteligências culturais e os conteúdos científicos, cuja apropriação ainda é particularizada a uma parcela da população (DI, PIERRO; ANDRADE, 2009).

Tais reflexões nos impulsionaram a buscar possibilidades de pesquisa que pudesse contribuir e aprofundar este tema dando continuidade aos estudos acadêmicos, o que resultou no projeto de doutorado da Universidade Federal de São Carlos, na linha de pesquisa Ambiente e Sociedade do Programa de Ciências Ambientais.

Aprofundando então a temática sobre apropriação desigual do conhecimento e a questão ambiental, fizemos um levantamento na literatura, o qual consideramos aqui neste artigo parte dos resultados de nossa pesquisa, indicando uma justificativa teórica para a relevância do tema no campo científico, bem como a preparação para as análises futuras dos dados coletados junto aos grupos envolvidos.

1 Coletivo Educador Ambiental de Campinas (Coeduca), parte do programa nacional de formação de educadoras/es ambientais (Profea) criado pelo órgão gestor da política nacional de educação ambiental em 2006.

Objetivo

O projeto de doutorado, que origina as primeiras reflexões apresentadas neste artigo, pretende conhecer e investigar, por uma lado, práticas que articulem a educação ambiental crítica e a educação de pessoas jovens e adultas em contextos de movimento social, e por outro, analisar e discutir como essas práticas estabelecidas a partir de princípios solidários e de respeito a natureza, podem contribuir para a transformação socioambiental e para a superação da desigualdade educativa, bem como contribuir para a elaboração de políticas públicas relacionadas ao tema.

Como resultados parciais da pesquisa, até o presente momento, verificamos na literatura que muitas são as aproximações existentes entre as áreas de educação ambiental e educação de pessoas jovens e adultas. No entanto, encontramos poucas pesquisas que as relacionam diretamente, principalmente que reconheça a educação de pessoas jovens e adultas em um contexto de educação ao longo da vida.

Nossa contribuição para a elaboração deste artigo está em apresentar, de forma articulada, um referencial teórico-metodológico consistente que discuta as principais problemáticas envolvidas na educação ambiental de pessoas adultas, possivelmente presentes no cenário brasileiro, no contexto de movimen-

tos sociais, ou comunidades alternativas.

Crise socioambiental no âmbito educativo e a atuação dos movimentos sociais

Segundo FLECHA, GÓMEZ e PUIGVERT (2001), o cenário das últimas décadas é marcado, dentre outras coisas, pela intensa degradação socioambiental e pelo avanço tecnológico informacional que vem influenciando diferentes âmbitos da vida cotidiana, como a capacidade de lidar com informações complexas, transmitidas em sua grande maioria por códigos escritos; e a alteração radical do perfil dos postos de trabalho, devido às exigências de escolarização e qualificação profissional. Tal cenário desumanizador eleva as desvantagens das populações historicamente excluídas (analfabetas e de baixa renda etc.) e privilegia a classe já favorecida.

Em resposta a esse processo desumanizador, diversos movimentos sociais considerados por FLECHA, GÓMEZ e PUIGVERT (2001) como iniciativas vinculadas a causas universalistas e em favor da ampliação dos direitos humanos, apresentam-se como focos de resistência globais pautados em ações sociais e coletivas, de cunho sociopolítico e cultural. Tais ações tencionam as contradições sociais existentes e favorecem distintas maneiras de organização da população para expressar suas demandas, tendo em

vista libertarem-se de suas condições de opressão, uma vez que a realidade não se apresenta de forma determinante (GOHN, 2010, FREIRE, 2001).

No Brasil, alguns movimentos sociais de caráter rural e urbano e que se relacionam diretamente com o meio em que vivem vêm ganhando destaques por suas ações sociais coletivas, articuladas por meio de fóruns e formação de redes locais, regionais, estaduais e nacionais, aproveitando-se das tecnologias de informação para comunicarem-se, expressando assim as suas demandas.

Entre os movimentos sociais que se destacam evidenciamos o Movimento dos/as Trabalhadoras/es Sem Terra (MST), Movimento das/os Atingidas/os por Barragem (MAB), Movimento Nacional de Catadoras/es de Materiais Recicláveis (MNCR), Movimento das/os Trabalhadoras/es Sem Teto (MTST), entre outros, que lutam por seus direitos em diferentes campos de atuação, com distintos graus de mobilização, organização, porém, sempre com práticas associadas ao meio ambiente.

Tais direitos reivindicados são fundamentais para as práticas pautadas na autogestão destes grupos, que além de geralmente viverem em ambientes precários e degradados, ainda não puderam usufruir da educação escolar, seja pela ausência de escolas, seja pela sua organização que não atende às demandas daqueles/as que

a necessitam, perpetuando assim um modelo escolar descompassado com a realidade destes sujeitos. (PEREIRA, 2009)

Neste sentido, a pesquisa de doutorado pretende focar dois grupos que possuem experiências de referência na educação de pessoas jovens e adultas articuladas a educação ambiental. O primeiro grupo é a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, conquista do Movimento das/os Trabalhadoras/es² Rurais Sem Terra (MST), localizada no extremo sul de Bahia.

O segundo grupo é a cooperativa Coope-rafloresta, formada por agricultoras/es que pertencem às comunidades tradicionais, e que, em sua maior parte se autorreconhecem como remanescentes de quilombos da região do Vale do Ribeira – SP. Ambos grupos buscam o fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de uma consciência ambiental, visando à construção da agroecologia e da prática agroflorestal para o enfrentamento da exclusão social por meio de alternativas de produção e renda e da realização de processos de organização e formação das famílias agricultoras que convivem em uma

2 Segundo FREIRE (2006 p. 68) mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo, assim, para a recusa à ideologia machista se faz necessária também a recriação da linguagem. Por isso, neste trabalho utilizamos uma escrita coerente com esse processo contemplando explicitamente o gênero feminino.

relação muito íntima com a natureza.

Não temos até o momento dados mais aprofundados sobre tais experiências, e ao longo da investigação teórica, outras iniciativas também foram desvelando-se como referências interessantes de resistência. Realizaremos na próxima etapa da pesquisa a aproximação direta com os dois grupos supracitados, o convite de participação dos mesmos, e a definição intersubjetiva do objetivo da pesquisa, tendo em vista adequar o tema específico de investigação com os grupos, devendo ele ser relevante tanto para área acadêmica –pesquisadora– como para as comunidades/grupos.

Educação ambiental como facilitadora da transformação socioambiental

Diante da atual crise socioambiental que afeta de maneira desigual a sociedade, a educação ambiental –originária do movimento ambientalista e concebida como uma nova orientação em educação– torna-se um dos fundamentais meios para o enfrentamento dessa crise realizando, na perspectiva contra hegemônica, práticas educativas transformadoras e questionadoras do modelo de organização, produção e consumo vigente (CARVALHO, 2004; LOUREIRO, 2006; LAYRARGUES, 2002).

Devido às inúmeras práticas e posicionamentos divergentes na educação ambiental é importante destacar que nos pautamos em um processo político de apropriação crítica, reflexiva e dialógica de conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos, que têm como objetivo a construção de uma sociedade justa e sustentável do ponto de vista ambiental, social, econômico, cultural e por isso, adotamos a educação ambiental crítica, desde que centrada no diálogo, para aprofundar questões do cotidiano frente à sociedade atual de forma orientada à transformação socioambiental. (LOGAREZZI, 2010; SANT'ANA, 2011; RIBEIRO, 2009).

Sendo assim, os processos para a transformação socioambiental revelam-se como importantes desafios que se colocam também para a educação ambiental crítica, em diferentes modalidades de ensino, sobretudo, na educação de pessoas jovens e adultas, especialmente quando se trata de trabalhadoras/es engajadas/os em movimentos sociais que possuem práticas relacionadas ao meio ambiente e que, em grande parte, não tiveram acesso à escolarização, mas que desenvolveram outras inteligências para superar as situações limites³ apresentadas.

3 Situação limite é o termo utilizado por FREIRE (2001) para definir situações de opressão vividas no cotidiano das/os trabalhadoras/es que os mantêm sob a dependência e o con-

Neste sentido, ao articular a educação ambiental crítica à educação de pessoas jovens e adultas podem-se criar possibilidades das/os trabalhadoras/es discutirem criticamente situações desumanizadoras, refletirem e agirem na direção de superar os obstáculos para a transformação socio-ambiental, ponto de partida para a compreensão da realidade, configurando-se como um caminho para a invenção e para a prática de outras formas de produção de ciência e de tecnologia⁴, alicerçadas em valores da solidariedade, da justiça social, do respeito ao meio ambiente, contemplando diferentes saberes e culturas.

Economia solidária, contexto ambiental e a importância da escolarização para a superação da desigualdade

sociais mencionados, a economia solidária mostra-se como uma possibilidade de articulação e fortalecimento dos grupos para o enfrentamento de suas diferentes situações limites. Segundo SINGER (2005)

trole dos opressores. Tais situações não são parte de um determinismo histórico e podem ser superadas a partir da problematização da situação, ao emergir desvelando-a e denunciando-a como situação existencial opressora. O anúncio de possibilidade de superação da situação limite passa pelo conceito de inédito viável a ser buscado e experienciado.

4 OLIVEIRA, 2002

a economia solidária é um movimento originado das crises do capitalismo como resposta à exploração das/os trabalhadoras/es e ao desemprego.

De acordo com o autor a precariedade da atual escolarização de pessoas jovens e adultas, no Brasil, afeta também o atendimento das necessidades destas/es trabalhadoras/es que, em sua grande maioria, não foram alfabetizados/as, possuem baixa escolaridade e ainda sofrem diretamente com os impactos ambientais em diferentes proporções.

Assim, a exigência pela garantia de uma educação qualificada e adequada é discutida pelas/os trabalhadoras/es da economia solidária segundo documentos elaborados na II Conferência Nacional de Economia Solidária. Estas/es afirmam a necessidade de cada vez mais se alcançar a autogestão e, para isso, o aumento da escolaridade associado às discussões da educação ambiental crítica torna-se fundamental para a organização sustentável do trabalho como princípio educativo (filosófico, político e humanizador) (BRASIL, 2010).

Entretanto, acredita-se ser improvável que somente a elevação da escolaridade, sem a simultânea ampliação de oportunidades de trabalho, transformação do perfil da distribuição da renda e de participação política da maioria das/os brasileiras/os, supere situações de exploração: é preciso pensá-las articuladamente (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Outro ponto importante sobre os grupos envolvidos no movimento da economia solidária é que muitas das situações vividas por elas/eles vinculam-se à realidade socioambiental de seu cotidiano, como a dificuldade do cultivo da terra, o uso, ou não, de agrotóxicos na produção, a coleta, separação e reciclagem de resíduos sólidos, entre outras situações relacionadas à competição com os grandes produtores, os quais nem sempre utilizam tecnologias, insumos e técnicas de plantio que favorecem a sustentabilidade socioambiental, ou, no caso dos últimos, a competição com as empresas de reciclagem.

Esse contexto insere-se num sistema produtivo e econômico marcado pela concentração de riqueza material e monetária, deixando à margem aquelas/es que não têm acesso aos direitos fundamentais –de alimentação, moradia, educação, saúde, trabalho– que lhes permitam viver dignamente (LEITE, 2009). Ao mesmo tempo, essa lógica econômica acentua a destruição dos bens naturais do planeta e da biodiversidade, comuns e essenciais à vida.

A necessidade de articulação entre a educação ambiental e a educação de pessoas jovens e adultas

São muitos os exemplos de grupos sociais que vivem em situações cujo modo

de vida é indissociável do ambiente, que sofrem intensamente com as injustiças socioambientais⁵ e que dependem do livre acesso ao meio ambiente saudável para a sua subsistência e reprodução. Muitas dessas populações estão envolvidas em movimentos sociais pelo direito de produzir e viver em cooperação via autogestão e de modo sustentável⁶. Por conta da necessária interação direta com o meio, esses grupos desenvolvem, ao longo do tempo, estratégias e acúmulos de inteligência para manter sua sustentabilidade social, ambiental e econômica (ACSERALD, et al., 2009), o que pode trazer contribuições diretas para o aprimoramento científico - tecnológico, econômico e social a serviço da transformação socioambiental.

Sobre esse tema, uma das referências importantes a se considerar é o documento elaborado na conferência internacional de educação de pessoas jovens e adultas (Confinteat), que apresentou sistemati-

5 Injustiça ambiental é o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. O termo justiça ambiental é utilizado para definir as estratégias criativas dos movimentos sociais para fazer frente a tais injustiças, produzindo mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental. (ACSERALD, et al., 2009)

6 PERERIRA, (2009)

camente a importância da expansão das novas tecnologias de informação e da comunicação, uma vez que essas se configuram como novos perigos de exclusão social no trabalho e entre outras esferas (UNESCO, 1997).

Nesta mesma conferência, encontramos a indicação da urgente necessidade de se incluir a educação ambiental na formação de pessoas jovens e adultas. Tais referências apresentam a relevância e a necessidade de convergência entre as ações, políticas, programas e projetos de educação ambiental de pessoas jovens e adultas, pois não bastam alguns adultos falando para as crianças que elas são o futuro do planeta, mas sim que tenhamos pessoas jovens e adultas conscientes e atuantes na luta por um presente e futuro melhor. (SORRENTINO; PORTUGAL; VIEZZER, 2009).

Com base nestas orientações, compreendemos que a educação ambiental de pessoas jovens e adultas pode contribuir para repensarmos as ações educativas que se propõem a refletir sobre a relação entre seres da sociedade e destes com a natureza, trazendo como centralidade do processo de aprendizagem a problematização das experiências de vida das/os educandas/os, dialogando-as com os conceitos ambientais, com as teorias científicas e tecnológicas.

Por envolver diferentes saberes a aprendizagem torna-se cada vez mais elaborada,

aumentando a criticidade das pessoas envolvidas. Os novos saberes dão origem a nova ação, nova tecnologia, nova ciência etc., emergindo destes processos possibilidades potentes na direção da superação da desigualdade socioambiental e da sustentabilidade em suas diferentes dimensões.

Trabalhar com as questões ambientais em interação com os sujeitos proporciona momentos de aprendizagem a todos as/os envolvidas/os. As/os educandas/os possuem um amplo conhecimento de mundo, devido a sua experiência de vida.

Assim, a educação baseada no diálogo permite uma maior interação, levando a aprendizagens que decorrem das questões diversas apresentadas por cada pessoa, ou as que lhes fazem sentido. Como diz FREIRE (2001), a leitura crítica do mundo é um “quefazer” pedagógico-político indicotomizável do “quefazer” político-pedagógico, isto é, da ação política que envolve a organização dos grupos e das classes populares para intervir na reinvenção da sociedade.

Neste sentido, é importante que as/os educandas/os compreendam a importância da ação política para viabilizar a realização dos seus sonhos que aos poucos vão sendo elaborados pela reflexão crítica da realidade denunciada, como anúncios de possibilidade de transformação.

Nesta perspectiva, considera-se que a educação ambiental de pessoas jovens e adultas, pautada nestes princípios, pode colaborar na formação das/os trabalhadoras/es da economia solidária ao discutir questões socioambientais levando em consideração a bagagem sociocultural existente nesses grupos. Um dos caminhos importantes para discutir tais questões é o diálogo, tendo em vista que ele garante e estimula a fala da/o outra/o, para que as pessoas se sintam motivadas e envolvidas no processo de construção do conhecimento, fazendo com que elas tomem coragem para participar nas tomadas de decisão.

Um pouco de história: síntese da revisão Bibliográfica

Ao verificarmos na história encontraremos no início do processo de escolarização no Brasil, no período colonial, grande aproximação entre a educação ambiental e a educação de jovens e adultos. Fazendo uma retrospectiva podemos destacar que os jesuítas tinham como meta catequizar os povos indígenas e escolarizar a elite dominante. Assim, a educação de pessoas adultas estava à mercê da igreja católica, não sendo uma política educacional ligada diretamente a Portugal.

No Brasil colonial, as escolas eram instrumentalizadas pelos jesuítas e, por volta

de 1554 a 1570, foram fundadas escolas para o ensino elementar, que tinha a duração de seis anos apenas para os homens considerados livres. (DI PIERRO e HADDAD, 2000). Os jesuítas corroboraram para que tanto indígenas como negros/as fossem aos poucos deixando de praticar suas crenças e religiões. O que interessava era impor o catolicismo de forma que qualquer outro tipo de religiosidade fosse entendido como pecado. (DI PIERRO e HADDAD, 2000)

As terras brasileiras foram exploradas devido aos interesses econômicos de Portugal. Nesse contexto, a exploração aos recursos naturais, minérios, pedras preciosas, os desmatamentos desenfreados, devido aos avanços da agricultura e das plantações de canaviais, gerava também a degradação do solo. Não era interessante nesta época que as pessoas tivessem escolarização porque a elite precisava dos serviços braçais dessas pessoas e para executar este tipo de trabalho não era necessário saber ler e nem escrever. (BARCELOS, 2000).

Vemos então que desde esta época os processos de exploração ambiental estão associados diretamente aos de exploração social. Os jesuítas iniciaram o processo de alfabetização de cidadãos/ãs, ao mesmo tempo em que executavam um processo de aculturação dos nativos e de degradação ambiental, configurando assim a exploração socioambiental. (BARCELOS, 2000)

A partir dessas reflexões é que concordamos com Layrargues (2002) que a crise socioambiental não é somente sinônimo de uma crise ecológica, mas também de uma crise de relações sociais, ou seja, entre os próprios seres humanos. Neste sentido, a contribuição da educação ambiental se dá não somente para as relações estabelecidas entre sociedade e natureza, mas também para as relações estabelecidas na própria sociedade.

Retomando nosso aprofundamento histórico, outra característica marcante do período colonial é que os detentores do poder não tinham nenhuma preocupação com os direitos humanos e ambientais essenciais para a sobrevivência com a dignidade. Os povos indígenas eram vistos como mais um componente da natureza e, por isso, eram vistos como “recursos”, subordinados à opressão como os escravos.

Ao ver o genocídio indígena, o genocídio africano de milhões de pessoas raptadas para servirem de escravos e escravas nas plantações de cana-de-açúcar e cacau do Nordeste, café no Sudeste, extração de minérios em Minas Gerais e extração de borracha na Amazônia brasileira, encontraremos muitas respostas para as mazelas socioambientais do país. (SILVA; ABÍLIO, 2011, p. 43).

Assim, podemos analisar a dívida histórica que temos com os grupos marginalizados. Segundo DI PIERRO e HADDAD (2000), no

período imperial, o Marquês de Pombal programou o ensino público gratuito. Nesta época, a agricultura do café liderava a economia brasileira e, para trabalhar nas lavouras, a elite usou a mão de obra escrava e os avanços da agricultura, proporcionando, por um lado, opressão sociocultural e, por outro, empobrecimento do solo e outras degradações.

No início do século XIX, alguns naturalistas curiosos que acompanharam a corte portuguesa no Brasil demonstraram interesse em analisar e observar a diversidade da natureza deste país. Esse tímido interesse possibilitou a construção do monumental Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro, em 1808. Com isso, foi possível avançar no ensino superior, devido ao interesse em conhecer a área botânica, porém, o ensino popular não usufruiu da mesma sorte, pouco ou nada tendo sido feito na época para esse setor de ensino.

O período republicano no Brasil, segundo RAMOS et al. (2009), teve a influência marcante de Benjamin CONSTANT, professor da escola militar, chegando o positivismo a ser divulgado no lema da bandeira do Brasil: “ordem e progresso”. Assim, as transformações impulsionadas pelas ciências visavam o progresso e este foi, e ainda é, subordinado à ordem. É nesse contexto que a educação brasileira tornou-se pública, gratuita e obrigatória.

A década de 1930 foi marcada por exclusões sociais em muitas áreas, especial-

mente a da educação. O plano educacional nesse período está ligado ao desenvolvimento capitalista do país. A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação em que, pela primeira vez, a educação de pessoas adultas foi entendida como dever do estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para pessoas adultas. (DI PIERRO e HADDAD, 2000)

Nos anos 1940 algumas iniciativas políticas e pedagógicas ampliaram a educação de pessoas jovens e adultas: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA); entre outros. Este conjunto de iniciativas permitiu que a educação de pessoas adultas se firmasse como uma questão nacional. (ibid)

Em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inicialmente ligada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA. A CNER caracterizou-se, no período de 1952 a 1956, como uma das instituições promotoras do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro.

Ainda nos anos 50, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Anal-

fabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade à educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda poderia significar alteração em suas condições de vida. Em 1963 foi extinta, juntamente com as outras campanhas existentes.

Em 1958, foi realizado o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, objetivando avaliar as ações realizadas na área e visando propor soluções adequadas para a questão. Foram feitas críticas à precariedade dos prédios escolares, à inadequação do material didático e à qualificação do professor.

Na década de 1960, Paulo FREIRE lutava para que os oprimidos tivessem acesso a uma escolarização transformadora, para que tais pessoas pudessem sair do estado de submissão e se tornarem capazes de se entender como seres atuantes da história. Freire destacava a importância da educação dialógica, porque cada ser adulto não pode ser considerado um ser acabado, uma vez que a aprendizagem acontece ao longo da vida e acontece a todo o momento enquanto se vive. De acordo com o autor, a inconclusão é inerente ao ser humano. (FREIRE, 1996).

A pedagogia libertadora proposta por FREIRE impulsionou os movimentos po-

pulares para lutar por seus direitos, especialmente o direto à alfabetização. Essa pedagogia propunha uma educação libertadora capaz de proporcionar aos sujeitos uma autonomia que lhes possibilitassem fazer uma análise crítica a respeito do meio em que vivem para transformar a realidade da comunidade e extinguir qualquer forma de dominação.

Nesta mesma década, outros questionamentos também eram levantados sobre os impactos socioambientais da época. Raquel Carson, na década 1960, apresentava seu livro intitulado “*Primavera silenciosa*” à sociedade de forma tão sublime que impulsionou os movimentos ambientalistas em diversos países. Seu livro retratava como os seres humanos aos poucos iam destruindo o meio ambiente em que viviam, pois as indústrias criavam produtos químicos capazes de eliminar os insetos que atacavam as plantações, sem se dar conta de que esses agentes químicos também podiam destruir ou alterar as células do próprio corpo humano, além de provocar o desequilíbrio ecológico do planeta Terra.

Segundo FREIRE (1996), se faz importante estabelecer uma relação próxima entre os saberes curriculares fundamentais e a experiência social que os/as educandos/as trazem como indivíduos. Educadores/as da educação, seja ela ambiental ou não, devem discutir a realidade concreta das pessoas, bem como articular com as

disciplinas, trazendo exemplos cotidianos e situações reais do dia-a-dia.

A década de 1970 é caracterizada pelas ações dos movimentos populares e pelo surgimento do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) com objetivo de erradicar o analfabetismo. Em 1971, ainda com função compensatória, foram implementados os cursos supletivos em todo o país, tendo em vista a necessidade de preparar as pessoas para o mercado de trabalho. Nesta época, a educação ambiental ganha um espaço maior nas discussões trazendo grandes preocupações, devido ao desenvolvimento industrial. E essas discussões propiciaram que a educação ambiental tivesse um capítulo na constituição de 1988 garantindo a todos os cidadãos:

(...) um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Essas discussões e a institucionalização da educação ambiental impõem ao poder público estabeleça-la nos diferentes níveis de ensino para que todas as pessoas possam conscientizar-se sobre a relevância da preservação ambiental e de sua articulação com a justiça social. Percebe-se que essa inclusão da educação ambiental na educação de pessoas jovens e adultas,

ainda que indiretamente, representa um avanço nas políticas públicas para que as temáticas em questão venham a ser abordadas nesse campo e na direção da articulação acima referida.

A constituição de 1988 trouxe ainda outros avanços para a educação de pessoas jovens e adultas: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, passou a ser garantia constitucionalmente também para os/as que a ele não tiveram acesso na idade própria.

A partir dos anos de 1990, as propostas para a educação ambiental vêm sendo discutidas por diferentes concepções e práticas. Nesse contexto, é importante destacarmos como a pedagogia crítica de Freire pode sugerir princípios e orientar diretrizes e práticas de ensino e aprendizagem na educação ambiental.

A educação democrática e crítica contribuem substancialmente para que haja um comprometimento com a educação de pessoas jovens e adultas e, ainda, torna-se importante abordar as temáticas socioambientais, contextualizando-as e interligando-as com as várias disciplinas.

A educação de pessoas jovens e adultas, assim como as demais modalidades de ensino, precisam que as práticas educacionais sejam de qualidade, no sentido de que os sujeitos que aprendem possam se apropriar dos conhecimentos instrumen-

tais que lhes importam para acessar os equipamentos culturais de sua época e de seu lugar e, com isso, buscar sua inserção social, apropriação esta que implica a educação ambiental em articulação com a educação de pessoas jovens e adultas no processo educativo.

No governo Collor a fundação Educar foi extinta e a União foi se afastando da educação de pessoas jovens e adultas, transferindo toda a responsabilidade para os Estados e Municípios. Em 2003, a educação de pessoas jovens e adultas ganha um espaço na agenda do Governo, sendo criados vários programas educacionais: Brasil Alfabetizado, Projovem, Proeja, Profea que apesar de suas críticas pautam questões que podem contribuir com a superação de diferentes tipos de discriminação:

Igualmente importante é o papel das políticas públicas destes dois campos para que assegurem o direito à aprendizagem sem discriminação por idade, gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, religião e aproximem os atores envolvidos, em direção à sinergia de ações e ao intercâmbio de informações, aprimorando as diversas práticas e reflexões existentes. (SORRENTINO; PORTUGAL; VIEZZER, 2009)

Segundo SILVA; ABÍLIO (2011), há muito que se recontar na história oficial e a educação ambiental pode prestar relevante serviço neste aspecto ao criticar o modelo vigente e rememorar os modelos de so-

cidade que foram forjados na opressão de povos e culturas e geradores da dívida ecológica.

Caminho teórico- metodológico: a Metodologia comunicativo-crítica.

Ao guardar coerência com o referencial teórico deste projeto, a pesquisa orienta-se pela metodologia comunicativo-crítica que é *“comunicativa porque supera a dicotomia objeto/sujeito mediante a categoria intersubjetividade e crítica [...] porque parte da capacidade de reflexão e auto-reflexão das pessoas e da sociedade”*. (GÓMEZ et al., 2006, p. 12)

Esta metodologia vem sendo elaborada a partir de fundamentos teóricos que colocam o diálogo no centro de seus aportes, objetivando a superação de desigualdades sociais a partir da reflexão crítica e da intersubjetividade. Corresponde no campo da pesquisa ao referencial da aprendizagem dialógica, pautado pela dialogicidade de FREIRE (2005) e pela ação comunicativa de HABERMAS (1987) (GÓMEZ et al., 2006).

Com base nestas teorias, pesquisadores/as do Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades-CREA, da Universidade de Barcelona, juntamente com a Escola de

pessoas adultas Verneda de San Martí⁷, desenvolveram a metodologia comunicativo – crítica, que não pretende apenas descrever, explicar, compreender e interpretar a realidade, mas transformá-la. As potencialidades desta metodologia contribuem para avanços e para a superação das dificuldades encontradas no dia-a-dia das práticas sociais desiguais, uma vez que ocorre um processo de encorajamento do sujeito envolvido e sua instrumentalização teórica, tendo em vista a conquista da democracia, da humanização, da justiça social e o fim da opressão.

Por meio do diálogo intersubjetivo, a dicotomia sujeito versus objeto é rompida no paradigma comunicativo - crítico, tendo em vista que o conhecimento nunca está pronto e acabado, ele é produzido nas interações contextuais orientadas pelas pretensões de validez, refazendo-se permanentemente (FLECHA, 2006).

Essa metodologia exige diálogo intersubjetivo entre iguais, buscando uma relação

7 A escola Verneda de Sant-Martí surgiu quando um grupo de pessoas ocupou um prédio em Barcelona, reivindicando escolarização de pessoas adultas. É composta por duas entidades: ÁGORA (Associação de participantes) e HEURA (Associação de mulheres) e supera o modelo escolarizante de educação de pessoas adultas, ao adotar uma educação de caráter cultural, vinculando educação formal e não formal em diferentes contextos, permitindo às/aos educandas/os oportunidades de trabalho. (MEDINA, 1997).

simétrica entre as pessoas do grupo e a investigadora. Ambas possuem conhecimentos diferentes, valorizados independentemente da posição de poder que ocupam. Contudo, a função de cada pessoa na pesquisa é diferente, assim como a natureza de seus conhecimentos.

A pesquisadora se aproxima, convive e se coloca no diálogo para descrever e interpretar a realidade, apresentando e estudando teorias científicas que podem contribuir para a explicação e superação dos problemas, enquanto os grupos se envolvem na interpretação da realidade com a finalidade de chegar ao consenso, apontando suas inquietações, vivências e conhecimentos próprios com o objetivo de validar ou refutar as teorias científicas em suas relações com o contexto e os temas em questão. Neste processo, pesquisadora e grupo podem refazer suas visões de mundo e ambas/os terem acesso a diferentes tipos de conhecimentos. (MELLO, 2006)

Forma de análise

Com base neste referencial, e na síntese da revisão bibliográfica, o processo de análise metodológica será organizado em torno de dois eixos de análise: obstáculos e fatores transformadores à realidade educativa e socioambiental das/os trabalhadoras/es da Cooperfloresta e da Escola de

Agroecologia Egídio Brunneto. Os dados serão sistematizados seguindo o exemplo do quadro simples de análise sugerido por GÓMEZ et al. (2006, p. 12).

	Categoria de análise	Categoria de análise
obstáculos	1) temas 2)	1) 2)
Elementos transformadores	1) 2)	1) 2)

Figura 1. Quadro simples de análise. Fonte: Gómez et al. (2006)

O quadro tem o objetivo de conhecer as relações entre educação ambiental e a educação de pessoas jovens e adultas e discutir possíveis colaborações e integrações entre estes campos de atuação e entre estas áreas do conhecimento, com vistas a uma educação ambiental de pessoas adultas que contribua para a realidade das/os trabalhadoras/es da Cooperfloresta e da Escola de Agroecologia Egídio Brunneto, bem como para a elaboração de políticas públicas relacionadas ao tema.

A partir da elaboração de quadros com as falas das/os participantes da pesquisa, com os temas e categorias de análise identificadas e com base no referencial teórico apresentado, o trabalho da pesquisadora será compor o texto das análises. Esta sistematização será posteriormente analisada intersubjetivamente com as/os trabalhadoras/os. Cabe ressaltar que a coleta e a análise de dados se dão con-

juntamente em muitos momentos da metodologia comunicativo - crítica. Assim, as análises resultam do processo dialogado com as pessoas participantes ao final de cada etapa da pesquisa.

Plano de trabalho e cronograma de atividades

Na primeira etapa realizaremos o estudo teórico e a revisão bibliográfica que permeará todo o período da pesquisa, aprofundando os temas sobre educação ambiental, metodologia comunicativo-crítica, aprendizagem dialógica, educação de pessoas jovens e adultas, formação de educadoras/es, movimentos sociais, agroecologia, economia solidária, entre outros que considerarmos necessário.

Na segunda etapa iniciaremos a coleta de dados que contará com a identificação das/os trabalhadoras/es das duas experiências citadas anteriormente, que tenham interesse em participar da pesquisa. Para esta etapa serão realizados:

1. *Grupos comunicativos*: correspondem a um espaço para discutir os temas da pesquisa e as interpretações de todos/as envolvidos/as. No caso deste primeiro grupo comunicativo, faremos uma apresentação do projeto para as pessoas interessadas ao tema e em se-

guida faremos o convite para mulheres e homens que queiram participar desta investigação. Em conjunto, faremos a avaliação da questão de pesquisa e definiremos quantas serão as pessoas participantes, de acordo com a disponibilidade e interesse. Também buscaremos estabelecer os acordos de participação, explicitando as responsabilidades da pesquisadora e das pessoas participantes.

2. *Entrevistas*: serão realizadas buscando compreender o contexto de vida das/es trabalhadoras/es, bem como suas expectativas e demandas em relação à educação ambiental e à educação de pessoas jovens e adultas. Buscaremos já nessas entrevistas identificar os elementos transformadores e os obstáculos no que tange à educação ambiental de pessoas jovens e adultas no contexto da agroecologia, bem como o modelo escolar adequado às expectativas destas/es trabalhadoras/es. Os resultados dessas entrevistas comporão a base de discussão dos grupos comunicativos;
3. *Realização* do segundo momento dos grupos comunicativos a fim de elaborarmos uma interpretação coletiva acerca dos dados coletados (com os sujeitos representativos), bem como de validar os quadros dos elementos transformadores e os que se colocam como obstáculos para as práticas de educação ambiental de pessoas jovens e adultas no contexto agroecológico

dos grupos envolvidos, bem como para construção de políticas públicas relacionadas ao tema estudado. Nestes grupos, também buscaremos as indicações que poderão orientar a formulação das políticas públicas de educação de pessoas jovens e adultas relativas à escolarização, visando que consolidem o direito educativo de trabalhadoras/es da economia solidária.

4. Nesta fase será realizada a *organização e sistematização dos dados*, bem como as análises que irão compor o texto para a qualificação e, por último, a organização final dos dados coletados e a redação do texto para a defesa da tese de doutorado.
5. Ainda está prevista a participação da pesquisadora e das demais pessoas interessadas em articulação e organização de eventos, fóruns e reuniões relacionadas ao tema da pesquisa e a realização de visitas a experiências de êxito relacionadas à educação de pessoas jovens e adultas, como, por exemplo, a organização da Escola Verneda de San Martí, antes mencionada, em Barcelona na Espanha.

Considerações

A partir das/os autores estudados podemos dizer que a educação ambiental não deve ser entendida como forma de preservar a natureza da humanidade, mas

sim entendida na sua relação dialética com ela, na qual os seres humanos, junto às outras formas de vida, fazem parte da natureza em sua totalidade. Nós estamos inseridos nela [natureza], dela necessitamos para viver, devido as mais complexas interações existentes. Ao mesmo tempo, a natureza, definida tal como é, se faz existente também pelos seres humanos que assim a define.

As relações estabelecidas entre os seres humanos, na sua diversidade, e as relações estabelecidas entre os seres humanos e o ambiente (natureza) deve se dar de forma respeitosa em sua mais complexa diferença, seja entre nós seres que produzimos cultura, seja entre nós e os outros seres (orgânicos e inorgânicos).

Quando entendemos a educação ambiental, a partir desta relação dialética e dialógica, seguimos na direção de nos humanizarmos, na busca pelo conhecimento de si, como seres que se integram no mundo e com os outros, na busca do ser mais, chamada por FREIRE de nossa dimensão ontológica. Tal dimensão releva o incabamento e a incompletude dos seres humanos, o que justifica nossa capacidade de aprender permanentemente e de nos educarmos uns com os outros no, e com o mundo em transformação.

Todas as experiências vividas em diferentes espaços e como diferentes pessoas são processos educativos que podem ser

refletidos, analisados e transformados em novas ações. Por isso, a educação ambiental acontece em diferentes espaços e entre diferentes pessoas, no mundo e com o mundo. Seja ela não formal, formal, ou informal, vai além de todos os currículos não necessariamente como uma disciplina específica, mas faz parte de todas as áreas educacionais, não se tratando de inclui-la como disciplina no currículo de educação de pessoas jovens e adultas, mas como tema transversal a ser aprofundado em todas as áreas de conhecimento, desde o início do processo de alfabetização aprofundando nossa compreensão de mundo em qualquer etapa da vida.

Diante do exposto, consideramos relevante a educação ambiental de pessoas adultas para que todas/os possam ser respeitadas/os e possam ter seus direitos básicos constituídos concretamente. A educação de pessoas jovens e adultas não pode continuar sendo vista apenas à margem da educação. É preciso investir seriamente nesta modalidade e a temática ambiental, ao lado dos conhecimentos da área de educação ambiental, surge como potencializadora desse investimento.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BRASIL. MTE/SENAES. Documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária. Brasília: SENAES: junho de 2010. 46p.
- CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.
- DI PIERRO, M. C; ANDRADE, M. R. Escolarização em Assentamentos no estado de São Paulo: uma análise a partir da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004. Revista Brasileira de Educação. v.14. n.14, 2009. p. 246-257.
- FLÉCHA, R. et al. Metodologia comunicativa crítica. Barcelona: El Roure Editorial, 2006.
- FLÉCHA, R., GÓMEZ, J.; PUIGVERT, L. Teoria Sociológica Contemporânea. Barcelona: Paidós, 2001.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 31ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2001. 184 p.
- FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 13ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 245 p.
- GÓMEZ, J.; LATORRE, A.; SANCHEZ, M.; FLÉCHA, R. Metodologia comunicativa crítica. Barcelona: EIRoure Editorial, 2006.
- GOHN, M. da G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos, 8ª ed. São Paulo: Loyola, maio de 2010.
- HABERMAS, J. Teoria de la Acción Comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C.. Escolarização de jovens e adultos. In: Revista Brasileira de Educação: São Paulo, 2000, no14. p. 108-130.
- IRELAND, T. D. A vida no bosque no século XXI: educação ambiental e educação de jovens e adultos. In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: MEC, MMA, UNESCO, 2007. p. 229-237.
- LAYRARGUES. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J.(org.). Pensando e praticando a Educação Ambiental na Gestão Ambiental do Meio Ambiente (Coleção Meio Ambiente/ série EA). Brasília: IBAMA, 2002. p. 161-198.

- LEITE, M. de P. O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. ABET: workshop. Campina Grande, 2009. p. 1-28.
- LOGAREZZI, A. M. J. Educação ambiental em comunidades de aprendizagem: uma abordagem crítico-dialógica. In: Reunião Anual da ANPED, 33, 2010, Caxambu. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: Anped, 2010. Disponível em <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos20em20PDF/GT22-6130--Int.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2014.
- LOUREIRO, C. F. B. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. São Paulo, Cortez, 2. ed., 2006.
- MEDINA, O. F. Modelos de educación de personas adultas. Barcelona: El Roure, 1997.375p.
- MELLO, R. R. Metodologia de investigação comunicativa: contribuições para a pesquisa educacional na construção de uma escola com e para todas e todos. 29a Reunião Anual da ANPED, GT Movimentos Sociais e Educação. Caxambu, 2006.
- OLIVEIRA, M. B. de Tecnociência, Ecologia e Capitalismo in: F. Loureiro, M. E. Cevalco e J. C. Leite (orgs.). O Espírito de Porto Alegre (São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp.109-113).
- PEREIRA, K. A. Economia solidária e aprendizagem dialógica: práticas de participação e autogestão e necessidade de uma outra EJA. 2009. 315 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
- RIBEIRO, C. L. Educação ambiental e aprendizagem dialógica: possibilidades e limites para a transformação da escola e seu entorno. 2009. 158f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.
- SANT'ANA, F. M. G. Contribuições da aprendizagem dialógica para a educação ambiental e suas possíveis convergências. 2011. 109 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.
- SINGER, P. A Economia solidária como ato pedagógico. In: S. M. P. Kruppa (org). Economia solidária e Educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005.
- SORRENTINO, M.; PORTUGAL, S.; VIEZZER, M. A educação de jovens e adultos à luz do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. La Piragua: Revista Latino Americana de Educación y Política, Panamá. v. 2, n. 29, p. 93-108, 2009.
- UNESCO. Declaración de hamburgo sobre la educación de adultos - 1997. Brasília: La Piragua revista latinoamericana de educación y política. América Latina y el Caribe in: Confintea VI para que todos y todas puedan florecer. Hamburgo 1997 a Belém 2009.
- Revista do setor de Educação da UFPR, Curitiba, n. 27, p. 93-110, junho, 2006.